

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2015/2016

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000857/2015  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 11/11/2015  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR067897/2015  
NÚMERO DO PROCESSO: 46208.011674/2015-07  
DATA DO PROTOCOLO: 04/11/2015

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND EMPREGADOS DE AGENTES AUTONOMOS DO COM EST GOIAS, CNPJ n. 02.555.548/0001-23, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ARIOLDO CARVALHO VASCONCELOS;

E

SINDICATO NACIONAL DOS ADMINISTRADORES DE CONSORCIO, CNPJ n. 43.058.148/0001-90, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). ALEXANDRE LUIS DOS SANTOS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016 e a data-base da categoria em 01º de julho.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **de empregados de agentes autônomos de comércio do plano da CNTC**, com abrangência territorial em **GO**.

## Salários, Reajustes e Pagamento

### Piso Salarial

### CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Fica assegurado aos empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, à exceção do menor aprendiz, um piso normativo que obedecerá aos seguintes critérios e valores e que abrange todas as verbas remuneradas, ou seja, parte fixa do salário, comissões e DCR:

- a) Piso Normativo de Admissão: R\$ 800,00 (Oitocentos reais) mensais,
- b) O piso Normativo de Efetivação: R\$ 900,00 (Novecentos reais) mensais.

**Parágrafo primeiro.** Entende-se por Piso Normativo de admissão aquele devido durante os seis primeiros meses de trabalho na empresa, contado da data de admissão, e por Piso Normativo de Efetivação aquele que vier a ser pago após o termino do mencionado período. Não podendo ser nunca inferior ao salário mínimo.

**Parágrafo segundo** – O piso normativo da presente cláusula não se aplica aos empregados exercentes das funções de office-boy, copa/cozinha, estagiário e menor aprendiz.

### **Reajustes/Correções Salariais**

#### **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

Os salários de 30 de junho de 2015 serão reajustados em 8% (Oito por cento), a partir de 1º de julho de 2015, data-base, a título de atualização salarial.

**Parágrafo único.** Os reajustes espontâneos efetuados pela empresa no período compreendido entre 1 de julho de 2014 a 30 de junho de 2015, poderão ser compensados, excetuados aqueles provenientes de abonos salariais decorrentes de lei, término de aprendizagem, promoções, transferência de cargo, função ou localidade, equiparação salarial ou meritório.

### **Descontos Salariais**

#### **CLÁUSULA QUINTA - DESCONTOS NOS SALÁRIOS**

O desconto nos salários, de títulos que não estejam previstos em lei ou em convenção coletiva de trabalho, somente serão lícitos se precedidos de autorização escrita do empregado e, ainda assim, desde que atendidas as exigências dos arts. 462 e 477 da CLT e Enunciado 342 do TST.

### **Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

#### **CLÁUSULA SEXTA - CTPS E COMPROVANTE DE SALÁRIO**

A CTPS recebida para anotações deverá ser devolvida ao empregado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas; a entrega de quaisquer documentos ao empregador deverá ser feita mediante recibo.

**Parágrafo único.** O empregador deverá manter a CTPS atualizada em relação as férias, promoções e outras anotações, sendo obrigatória a anotação de reajuste salarial decorrente de lei ou de convenção coletiva de trabalho.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - SALÁRIO VARIÁVEL**

O cálculo do salário variável para efeito do pagamento de férias, gratificação natalina e verbas rescisórias, deverá ser feito tomando-se a média aritmética das parcelas variáveis recebidas nos últimos 6 (seis) meses.

**Parágrafo único.** O cálculo da média das horas extras e do adicional noturno deverá ser feito pelo número de horas e não pelos valores.

## **CLÁUSULA OITAVA - VALE QUINZENAL**

A empresa poderá adiantar, quinzenal e automaticamente, no mínimo 40% (quarenta por cento) do salário do empregado.

## **CLÁUSULA NONA - PAGAMENTO DA PRIMEIRA PARCELA DO 13º SALÁRIO**

O pagamento da primeira parcela do 13º salário poderá ser pago ao ensejo das férias do empregado, se este o requerer no mês de janeiro do ano correspondente, conforme dispõe a Lei nº 4.749/65.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - COMPROVANTE DE PAGAMENTOS**

O empregador fornecerá a seus empregados comprovantes de todos e quaisquer pagamentos a eles feitos, contendo a discriminação da empresa, das parcelas pagas e dos descontos efetuados, indicando ainda, a parcela relativa ao FGTS.

**Parágrafo único.** As horas extras deverão constar no mesmo hollerite, que discriminará seu número e as porcentagens dos adicionais utilizados.

### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **Gratificação de Função**

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE QUEBRA DE CAIXA**

Os empregados que exercem a função de caixa receberão, mensalmente, adicionais de quebra de caixa no importe de R\$ 190,00 (Cento e noventa reais).

#### **Adicional de Hora-Extra**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS**

As horas extraordinárias, prestadas de segunda a sábado, serão remuneradas com adicional de 60% (sessenta por cento); aplicável sobre o valor da hora ordinária.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - BANCO DE HORAS**

Fica convencionado que, conforme o parágrafo 2º, do art. 59, da CLT, não haverá acréscimo de salário, desde que o excesso de horas trabalhadas em um dia seja compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, à soma das jornadas semanais previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de 10 (dez) horas diárias.

**§1º** Na hipótese de rescisão de contrato de trabalho, sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma do parágrafo anterior, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão. Caso o trabalhador seja devedor por horas não compensadas, o valor do seu débito poderá ser abatido das parcelas rescisórias que fizer jus.

**§2º** As empresas poderão também ajustar diretamente com seus empregados o sistema de trabalho 12 x 36 quando a Lei permitir.

**§3º** Durante a vigência desta convenção, as empresas poderão ajustar com seus empregados, sistemas de compensação de jornadas com finalidade de suprimir trabalho em dias intercalados entre feriados, dias santos e repousos, sendo que a jornada suprimida será recuperada mediante prestação de serviço em outros dias, na forma que vier a ser pactuada pelas partes.

### **Adicional Noturno**

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ADICIONAL NOTURNO**

A hora noturna receberá adicional de 25% (vinte e cinco por cento) em relação à hora diurna, sem prejuízo da redução horária estabelecida em lei.

**Parágrafo único.** Considera-se noturno o horário compreendido das 22h às 5h.

### **Comissões**

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PAGAMENTO DE COMISSÃO E ESTORNO**

A efetiva adesão ao contrato de participação em grupo de consórcio se dará com a confirmação de pagamento da quinta parcela mensal pelo consorciado e tornará devida comissão ao empregado responsável pela intermediação. A comissão poderá ser paga de uma só vez ou em parcelas, conforme ajuste entre as partes.

**§ 1º** Havendo pagamento de parcela ou parcelas de comissão ao empregado vendedor de consórcio antes de confirmado o recolhimento da quinta parcela pelo consorciado, e se nesse lapso de tempo o consorciado desistir de participar do grupo, o empregador terá direito de estornar ou ter restituído a importância relativa à parcela ou parcelas de comissão pagas.

**§ 2º** Se a desistência for posterior ao pagamento da 5ª (quinta) parcela devida pelo consorciado, não caberá estorno ou devolução da comissão paga, ressalvada a hipótese de a adesão ao contrato de

participação em grupo de consórcio apresentar defeito que torne nulo o negócio.

§ 3º A restituição de comissão de que trata esta cláusula aplica-se, também, às hipóteses de a adesão ao contrato de participação em grupo de consórcio ser cancelada antes da constituição do grupo ou de pagamento da 1ª parcela e da taxa de adesão ter sido efetuado por meio de cheque sem provisão de fundos.

§ 4º A forma e modo de restituição de valores de que trata esta cláusula serão previamente ajustados entre o empregador e o empregado vendedor de consórcio, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento) da remuneração bruta mensal do empregado.

§5º A comissão será calculada com base no valor do crédito indicado no contrato de participação em grupo de consórcio, em caso de alteração do valor do crédito por opção do consorciado até a quinta parcela mensal a comissão será recalculada para apurar eventual diferença em favor do comissionista ou para o estorno da importância paga a mais, observando-se as regras constantes desta cláusula no que couber.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DEMONSTRATIVO DE COMISSÕES**

Quando do pagamento de comissões a que fizer jus o empregado, a empresa fornecerá o respectivo demonstrativo com dados sobre os contratos de consórcio que tiver intermediado e comissões a ele creditadas ou pagas ou por outros meios adotados pelo empregador com estas finalidades.

### **Auxílio Transporte**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - VALE TRANSPORTE**

Em cumprimento às disposições da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, com a redação dada pela Lei nº 7.619, de 30 de setembro de 1987, regulamentada pelo Decreto nº 95.247, de 16 de novembro de 1987, fica estabelecida, a critério de cada empresa, a concessão aos empregados do valor correspondente ao Vale Transporte.

### **Auxílio Morte/Funeral**

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AUXÍLIO FUNERAL**

Ocorrendo falecimento do empregado durante o vínculo, ainda que suspenso ou interrompido, o empregador concederá aos dependentes previdenciários uma indenização correspondente ao salário nominal do empregado à época do óbito, exceto se houver seguro de vida em grupo.

### **Auxílio Creche**

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - REEMBOLSO CRECHE**

A empresa, em atendimento ao disposto no art. 389, parágrafos 1º e 2º, da CLT, reembolsará às suas empregadas mães, mediante solicitação por escrito, as despesas efetuadas com creches para seus filhos de até 12 (doze) meses de idade, limitadas a 50% (cinquenta por cento) do piso normativo de maior valor.

§ 1º O benefício previsto no caput será concedido aos empregados do sexo masculino que, sendo viúvos, solteiros ou separados, detenham, comprovadamente, a guarda de filhos.

§ 2º Para efeito de comprovação das despesas, as empresas poderão aceitar recibos de pagamento de creches ou instituições análogas, bem como RPA's, recibos de pagamento a pessoas físicas sob vínculo empregatício, etc.

## **Contrato de Trabalho Admissão, Demissão, Modalidades**

### **Normas para Admissão/Contratação**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - ADMISSÃO APÓS DATA BASE**

O salário do empregado admitido após o mês de julho de 2014 será corrigido com obediência aos seguintes critérios:

I - O salário de empregado para funções com paradigma, será atualizado até o limite do valor apurado do salário deste, resultante da aplicação da cláusula 4ª, sem considerar as vantagens pessoais.

II - Inexistindo paradigma, ou tendo a empresa sido constituída, ou entrado em funcionamento após a última data-base, o salário de ingresso será reajustado mediante aplicação de 1/12 (um doze avos) do percentual total de atualização salarial estabelecido na cláusula 4ª para cada mês completo ou fração igual ou superior a 15 dias de trabalho, conforme tabela abaixo:

<b>Mês de Admissão</b>	<b>Reajuste</b>
<b>Julho/14</b>	8,00%
<b>Agosto/14</b>	7,33%
<b>Setembro/14</b>	6,67%
<b>Outubro/14</b>	6,00%
<b>Novembro/14</b>	5,33%
<b>Dezembro/14</b>	4,67%
<b>Janeiro/15</b>	4,00%
<b>Fevereiro/15</b>	3,33%
<b>Março/15</b>	2,67%
<b>Abril/15</b>	2,00%
<b>Mai/15</b>	1,33%
<b>Junho/15</b>	0,67%

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**

O contrato experimental é vedado em caso de readmissão na mesma função, em prazo igual ou inferior a 6 (seis) meses.

### **Desligamento/Demissão**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO**

O empregador deverá observar rigorosamente as previsões contidas na Lei 7.855/89, quanto aos prazos para liquidação dos créditos de seus funcionários.

**Parágrafo único.** O empregador fica obrigado a reembolsar ao empregado as despesas por este feita com refeição e transporte, quando a homologação ou quitação da rescisão contratual se realizar em município distinto daquele da contratação ou da prestação de serviços.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AVISO DE DISPENSA**

A dispensa será comunicada por escrito ao empregado, qualquer que seja o motivo da demissão, sob pena de se presumi-la imotivada.

### **Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA CARTA DE REFERÊNCIA OU APRESENTAÇÃO**

Na demissão sem justa causa, a empresa entregará fornecerá carta de informação quando solicitada pelo demitido.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CÓPIA DO CONTRATO ESCRITO OU ANOTAÇÃO NA CTPS**

A administradora fornecerá ao empregado admitido a partir da vigência desta Convenção, mediante recibo de entrega, alternativamente e a seu critério:

a) cópia do contrato de trabalho em que conste o percentual de comissão contratado, eventuais adiantamentos e mapa de comissões, se for o caso; ou,

b) anotação na carteira de trabalho (CTPS) do percentual de comissão e colocar à disposição o mapa de comissões se for o caso.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - RESCISÃO INDIRETA**

No caso de descumprimento pelo empregador de qualquer cláusula prevista neste instrumento, será facultado ao empregado prejudicado rescindir seu contrato de trabalho.

### **Relações de Trabalho    Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

#### **Normas Disciplinares**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - INTERVALO REMUNERADO**

Será assegurado aos empregado intervalo remunerado, durante a jornada de trabalho, para permitir o recebimento das parcelas do PIS e FGTS.

#### **Estabilidade Geral**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA AO QUE RETORNA DE AFASTAMENTO**

Ao empregado afastado do serviço por doença, percebendo o benefício previdenciário respectivo, será garantido emprego e salário pelo período correspondente aos dias de afastamento limitado a 30 (trinta) dias, a contar do efetivo retorno às atividades.

#### **Estabilidade Mãe**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA GESTANTE**

A empregada gestante gozará de estabilidade provisória, com a garantia de emprego e salário, desde a concepção até 5 (cinco) meses após o parto.

**Parágrafo único.** Na ocorrência de aborto legal ou de abortamento, gozará a empregada de estabilidade provisória de 60 dias, contada a partir da data do evento.

#### **Estabilidade Pai**



## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ESTABILIDADE DO PAI**

Ao empregado pai fica assegurado o salário e emprego pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de nascimento de filho, devidamente comprovado através da apresentação da competente certidão de nascimento.

### **Estabilidade Serviço Militar**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ESTABILIDADE SERVIÇO MILITAR**

Fica assegurado o emprego ao empregado em idade de prestação do serviço militar obrigatório, desde o alistamento até 30 (trinta) dias após o término do compromisso.

### **Estabilidade Aposentadoria**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - INDENIZAÇÃO POR APOSENTADORIA**

Ao empregado que conte, no mínimo, 15 (quinze) anos de tempo de serviço na empresa, será concedida, uma indenização de valor equivalente a 2 (duas) vezes seu último salário nominal, a ser-lhe pago juntamente com a rescisão de seu contrato de trabalho em razão de sua aposentadoria.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DA ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA**

Ao empregado que contar mais de 15 (quinze) anos de trabalho na empresa, e que esteja a 2 (dois) anos de completar o período aquisitivo para aposentadoria integral, ficam assegurados emprego e salário até que o período respectivo se complete.

### **Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

#### **Faltas**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - PROVAS ESCOLARES**

Serão abonadas as duas últimas horas da jornada diária de trabalho dos empregados menores de 18 (dezoito) anos de idade, nos dias de provas, desde que em estabelecimento oficial de ensino, autorizado e reconhecido, pré-avisado o empregador com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas e mediante comprovação posterior.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - AUSÊNCIAS LEGAIS**

O empregado poderá ausentar-se do serviço, sem prejuízo de seu salário e sem necessidade de compensação, pelos seguintes motivos e prazos:

§ 1º 4 (quatro) dias consecutivos, em virtude de falecimento de conjuge, ascendente, descendentes ou pessoa que, comprovadamente, vivia sob sua dependência econômica.

§ 2º 4 (quatro) dias consecutivos, excluídos sábados e domingos, em virtude de núpcias.

§ 3º Até 10 (Dez) dias por ano, para acompanhamento de filho menor de 10 (dez) anos de idade ao médico, ou, sem limite de idade, se o mesmo for inválido.

### **Sobreaviso**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO**

No dia em que for entregue aviso-prévio, o empregado poderá optar pela redução de 2 (duas) horas no começo ou no final da jornada de trabalho, ou optar por 7 (sete) dias corridos ao final do aviso.

### **Férias e Licenças**

#### **Duração e Concessão de Férias**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - INICIO DE FÉRIAS**

As férias individuais ou coletivas não poderão se iniciar em sábados, domingos, feriados ou dias já compensados.

### **Licença Adoção**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - LICENÇA PARA MÃE ADOTANTE**

Nos termos do disposto na Lei 10.421/2002, à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença maternidade, observando-se que:

§1º Nos casos de adoção ou guarda judicial de criança de até 1 (um) ano de idade, o período de licença será de 120 (cento e vinte) dias.

**§2°** No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 1 (um) ano até 4 (quatro) anos de idade, o período de licença será de 60 (sessenta) dias.

**§3°** No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 4 (quatro) anos e até 8 (oito) anos de idade, o período de licença será de 30 (trinta) dias.

**§4°** A licença maternidade só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.

## **Saúde e Segurança do Trabalhador**

### **Uniforme**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - UNIFORMES**

Quando exigidos, os uniformes ou roupas profissionais serão fornecidos gratuitamente aos empregados.

### **Exames Médicos**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ATESTADOS DE AFASTAMENTO E SALÁRIO**

Os atestados de afastamento e salários (AAS) e as relações de salários de contribuição (RSC), deverão ser preenchidos pelas empresas nos seguintes prazos:

I – para fins de auxílio doença: 5 (cinco) dias úteis, e

II - para fins de aposentadoria: 10 (dez) dias úteis.

### **Aceitação de Atestados Médicos**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**

Os atestados médicos e odontológicos passados pelo Sindicato dos Empregados, desde que conveniados com o INSS, nos termos da Portaria MPAS 1.722, de 25 de maio de 1971, com as modificações previstas na Portaria MPAS 3.291, de 20 de fevereiro de 1984, serão reconhecidos e aceitos pelas empresas para justificativa de falta por motivo de doença, desde que o empregador não tenha convênio próprio.

### **Relações Sindicais**

#### **Contribuições Sindicais**

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

Conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 27/05/2015, as empresas estão obrigadas a descontar dos salários de todos os seus empregados de Agentes Autônomos de Comércio, sindicalizados ou não, a favor do Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos de Comércio do Estado de Goiás, a importância correspondente a 1,5% (Um vírgula cinco por cento), cuja verba será destinada ao custeio do funcionamento do Sindicato, de acordo com as necessidades da categoria. A parcela será descontada na remuneração do mês de julho/2015 e o recolhimento do respectivo valor, até o dia 08/09/2015, nas agências da Caixa Econômica Federal – Agência 012, operação 003, conta n. 3169-0, sob pena de sanções legais. Deste valor, o Sindicato repassará 11% (onze por cento) a Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado de Goiás e Tocantins.

§1º O empregado que já tiver pago a contribuição assistencial estabelecida neste instrumento, referente ao ano de 2015, ficará dispensado do desconto e recolhimento na forma prevista no caput desta cláusula quando admitido em outra administradora de consórcios.

§2º Caso a empresa não efetue o recolhimento na época ajustada, arcará com o pagamento de multa de 2%, sem prejuízo de juros moratórios de 1% ao mês.

§3º A contribuição de que trata o “caput” será devida pelos empregados que forem admitidos após julho/2014, devendo ser descontada do salário do mês da admissão e recolhida até o 10º dia do mês subsequente, observado o disposto nos §§ 2º e 6º.

§4º Em até 20 (vinte) dias, após a data do recolhimento, as empresas enviarão ao Sindicato profissional, a relação de contribuintes, contendo o nome e número da CTPS de cada empregado, a remuneração básica e o valor descontado.

§5º A contribuição assistencial prevista nesta cláusula não se confunde com a contribuição sindical instituída por lei, e nem a substitui para nenhum efeito.

§6º Será garantido o direito de oposição ao desconto das contribuições ao empregado não associado, devendo ele manifestar-se, individualmente e por escrito, até 20 (vinte) dias após a efetivação do referido desconto. A manifestação de oposição poderá ser feita perante a entidade sindical por qualquer meio eficaz de comunicação escrita, inclusive correio eletrônico, (e-mail).

### **Disposições Gerais**

#### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - MULTA POR VIOLAÇÃO**

Por descumprimento de quaisquer das cláusulas previstas neste instrumento, os empregadores pagarão multa equivalente a 10% (dez por cento) da maior faixa estabelecida para o piso normativo, por infração e enquanto esta perdurar. A multa reverterá em favor do empregado, exceção feita ao descumprimento da cláusula 42ª, que reverterá em favor do sindicato profissional.

#### **Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo**

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - RENEGOCIAÇÃO**

Caso ocorram alterações significativas no cenário econômico que interfiram diretamente nas regras estabelecidas na presente Convenção e ou alteração na legislação vigente, as partes se comprometem a renegociar as condições que restabeleçam o equilíbrio das relações trabalhistas.

### **Outras Disposições**

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - PUBLICIDADE DA CCT**

As empresas empregadoras se comprometem a dar publicidade desta Convenção Coletiva de Trabalho aos empregados.

E assim, por estarem justos e acordados, firmam o presente para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Goiânia, 16 de julho de 2015.

**ARIOLDO CARVALHO VASCONCELOS**  
Presidente  
SIND EMPREGADOS DE AGENTES AUTONOMOS DO COM EST GOIAS

**ALEXANDRE LUIS DOS SANTOS**  
Diretor  
SINDICATO NACIONAL DOS ADMINISTRADORES DE CONSORCIO

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos de Comércio do Estado de Goiás, realizada no dia vinte e sete de maio de dois mil e quinze.

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e quinze, e em segunda convocação, às onze horas, na sede própria do Sindicato, situada na rua setenta e seis, número cinco, Centro, Goiânia, Goiás, e havendo quorum legal foi instalada a Assembléia Geral Extraordinária de acordo com o Edital de Convocação publicado no jornal "Diário da Manhã", do dia vinte e um de maio de dois mil e quinze, edição de quinta-feira, página seis dos classificados, destinada a deliberar sobre os itens contidos no mesmo, que são os seguintes: a) Leitura e aprovação da Ata da Assembléia anterior; b) Apresentação e aprovação das Cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho para 2015/2016; c) Aprovação do percentual de desconto previsto na Convenção Coletiva de Trabalho em favor do Seacom para sua manutenção de acordo com os Estatutos; d) Autorização para a Diretoria, firmar a Convenção e ou Dissídio de Trabalho com: 1- Federação do Comércio do Estado de Goiás, 2 -Sindicato dos Representantes Comerciais do Estado de Goiás, 3 - Sindicato dos Comissários e Consignatários do Estado de Goiás, 4 - Sindicato dos Despachantes Autônomos e Similares do Estado de Goiás, 5 - Sindicato das Sociedades de Fomento Mercantil Factoring do Estado de Goiás, Tocantins, Minas Gerais e Distrito Federal, 6 -Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Consultoria, Assessoria, Informação e Pesquisa do Estado de Goiás, 7 –Sindicato das Locadoras de Equipamentos, Máquinas e Ferramentas do Estado de Goiás, 8 - Sindicato Nacional dos Administradores de Consórcios, 9 -e Sindicato dos Empresários Lotéricos do Estado de Goiás, 10 – Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas - Fenacon; e) Prazo a ser dado aos Sindicatos Patronais e à Federação Patronal para se manifestarem, Goiânia, 20 de maio de 2015. Arioldo Carvalho Vasconcelos. Presidente. Depois de instalar os trabalhos o Presidente do Sindicato Sr. Arioldo Carvalho Vasconcelos, convocou os demais membros da mesa diretora para realização da presente Assembléia, nas pessoas do Sr. Agnaldo Gomes de Melo para Secretário da mesa diretora e o Sr. Rafael Rabelo Monteiro para escrutinador. Solicitou dos presentes que se houvesse alguém contrário às indicações que se manifestasse, não havendo nenhuma oposição, iniciou-se os trabalhos solicitando do Sr. Secretário que fosse lido o Edital publicado no jornal na íntegra, feito, solicitou ao Sr. Secretário que fosse lida a Ata da Assembléia anterior atendendo ao item "a" da ordem do dia, uma vez lida, foi colocado em discussão e votação, não havendo ninguém que se manifestasse, foi aprovada por unanimidade dos presentes, passou-se ao item "b" da ordem do dia que é a apresentação das minutas com as cláusulas para as Convenções Coletivas de Trabalho do exercício de dois mil e quinze a dois mil e dezesseis, a vigorar a partir de primeiro de julho de dois mil e quinze a trinta de junho de dois mil e dezesseis, posta em discussão cláusula por cláusula e sendo solicitado dos presentes que dessem sugestões, emendas e opiniões, sendo que o básico, de todas as diferentes categorias é de mesmo conteúdo, havendo algumas Cláusulas diferenciadas por serem inerentes a esta categoria de trabalhador, lembrando que os índices de reajuste salarial seria o mesmo a todas as convenções a serem negociadas com a classe patronal, caso os associados presentes assim concordarem, depois de vários debates ficou acertado que as minutas das convenções seriam o apresentado e sugerido pela diretoria do Seacom-GO. Colocado também o valor do índice a ser proposto para a negociação, chegou-se ao consenso que o mesmo seria de nove por cento, mas nas negociações o fechamento destes índices seria no mínimo o INPC do período, sendo esta a margem a ser negociada. Foi apresentada pelos associados uma nova Cláusula que é uma estabilidade de 90 (noventa) dias para o trabalhador quando retornando gozo de férias, discutida por todos e aceita. Após todos os debates foi colocada em votação e em escrutínio secreto com a cédula com os dizeres "Aprovo" e "Não Aprovo", após a votação foi aberta a urna contendo os votos e cujo resultado foi o seguinte: trinta e nove votos na palavra "Aprovo", havendo dois votos em branco, não houve nenhum voto contrário e ou nulo, e coincidindo com o número de votantes presentes na Assembléia que foram de quarenta e um associados. Aprovada pela maioria, passou a seguir ao item "c" da ordem do dia, que se trata do percentual de contribuição assistencial a ser prevista na Convenção Coletiva de Trabalho deste ano. Solicitando por questão de ordem a palavra o Presidente da mesa diretora e do Sindicato Sr. Arioldo Carvalho Vasconcelos, explicou aos presentes que este ano o valor do índice que é dado à Convenção fosse o mesmo do ano passado, pois esta contribuição é para a sobrevivência do Sindicato, uma vez que cada mês cada ano as despesas aumentam devido à ganância do governo que querem a cada dia arrecadar mais e mais, com aumento de impostos, taxas e outras obrigações sociais, lembrou ainda que estas notícias estão espalhadas nos jornais, televisão, etc. Exposto isto sugeriu aos presentes que aprovassem esta proposta que beneficiará não só o Sindicato mas a todos da categoria, sendo que o índice de desconto ficaria nove por cento dividido em três parcelas de três por

cento cada a serem descontadas no mês de julho de dois mil e quinze, três por cento em janeiro de dois mil e dezesseis, e os outros três por cento em maio de dois mil e dezesseis. Depois de discutido e debatido todos concordaram com a proposta apresentada pela Diretoria, e sugeriu que os presentes dessem qualquer idéia, ou apresentassem outra proposta, uma vez que, o que a maioria decidisse era o que seria acatado. Depois de discutido e debatido chegou-se ao consenso que seria colocada em votação a proposta sugerida pela diretoria sendo esta mais equilibrada. Foi votada por todos os presentes e em escrutínio secreto com a cédula com os dizeres “Aprovo” e “Não Aprovo”. Feito a apuração obteve-se o seguinte resultado: trinta e sete votos na palavra “Aprovo”, havendo dois votos na palavra “ Não Aprovo” e dois votos em branco, não havendo nenhum voto nulo. Coincidindo com o número de votantes e presentes na Assembléia. Ficando assim aprovado o percentual de nove por cento, dividido em três parcelas de três por cento. Passou-se a seguir ao item “d” da ordem do dia que é a autorização para a Diretoria firmar a convenção e caso não consiga sucesso neste intento, interpor o Dissídio Coletivo de Trabalho com a classe patronal, ficando claro que isto só ocorrerá com a categoria patronal que não houver o sucesso nas negociações, não sendo portanto extensiva aos casos em que houver a negociação e conseqüentemente a Convenção. Além do mais tal coisa só será possível (dissídio coletivo de trabalho) depois de esgotado todos os meios possíveis da negociação. Colocado em votação e em escrutínio secreto com a cédula com os dizeres “Aprovo” e “Não Aprovo”. Feita a votação, passou-se à apuração obtendo-se o seguinte resultado: quarenta votos na palavra “Aprovo”, havendo um voto em branco, nenhum voto nulo, ou voto contrário. Aprovada, passou-se ao item “e” da ordem do dia, que é o prazo a ser dado para a classe patronal manifestar-se, sendo aprovado por unanimidade dos presentes, que seria de quinze dias após a data do recebimento das minutas das convenções. Como estavam todos cansados, dispensou-se a votação por escrutínio secreto, uma vez que todos foram unânimes quanto ao prazo. Esgotada a pauta da presente Assembléia o presidente da mesa diretora Sr. Arioldo Carvalho Vasconcelos, deu a palavra livre para quem quisesse fazer uso dela. Não havendo ninguém que se manifestasse deu por encerrada a presente Assembléia às doze horas e quarenta e cinco minutos, cuja Ata foi lavrada por mim secretário da mesa diretora, e que depois de lida e aprovada vai assinada.

Goiânia, 27 de maio de 2015

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.